

Resolução Estadual para a Educação Escolar Indígena no Amapá: uma experiência de construção

Patrícia de Oliveira Borges e Souza

Mestranda em Linguística Antropológica/IEL/UNICAMP.
Chefe da Unidade Linguística do Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Estado e da Educação-AP.
e-mail: patiborges@uol.com.br

Resumo

O presente trabalho busca fazer um relato e reflexão do processo de construção da Resolução Estadual para a Educação Escolar Indígena no Amapá, resultado do trabalho interdisciplinar de uma comissão criada para tal fim e do envolvimento das comunidades indígenas atendidas pelo governo do estado. Além disso, pretende-se fazer uma análise dos pontos positivos e, talvez, inovadores da referida Resolução e dos fatores que podem dificultar a implementação de políticas públicas para a educação escolar indígena, tendo por base essa experiência.

Palavras-chave

Educação indígena; políticas públicas; formação de professores.

Abstract

The study in hand seeks to relate and reflect on the process of the construction of the State Resolution for Indigenous Schooling in Amapá, which is the result of an interdisciplinary study carried out by a commission created to this end and the involvement of the indigenous communities attended to by the state governor. As well as this, the intention is to make an analysis of the positive and perhaps innovating points of the aforementioned Resolution and of the factors that can make difficult the implementation of public policies for indigenous schooling, based on this experience.

Key words

Indigenous education; public policies; teacher training.

O direito dos índios a uma educação diferenciada e de qualidade e as recentes diretrizes para a educação escolar indígena, particularmente após a Resolução CEB 03/99, indicam a necessidade de implementação de políticas públicas, sobretudo, a cargo dos estados, no que se refere a esta questão. Não basta (mais) simplesmente criar escolas nas terras indígenas, muito menos levar professores não índios para atuarem nestas escolas. Muito se discute a necessidade de formação de professores indígenas, mas é preciso, paralela a esta formação, a normatização das escolas indígenas no sistema oficial de ensino, para que as experiências escolares indígenas tenham o mesmo *status* que qualquer outra escola. Sem ela, e esta afirmação é feita com base na realidade do Amapá, quando se tenta fazer o diferente, muitas vezes se recai nas mesmas exigências de carga horária, conteúdos curriculares, calendário etc, das escolas não indígenas.

O presente trabalho busca fazer uma reflexão do processo de construção da Resolução Estadual para a Educação Escolar Indígena no Amapá, resultado do trabalho interdisciplinar de uma comissão criada para tal fim e do envolvimento das comunidades indígenas atendidas pelo governo do estado (será apresentado, também, um breve histórico das diferentes experiências escolares pelas quais as comunidades passaram). Além disso, pretende-se fazer uma análise dos pontos positivos e, talvez, inovadores da referida Resolução e de fatores que podem dificultar a implementação de políticas públicas para a educação escolar indígena, tendo por base

essa experiência.

Para se discutir a legalização das escolas indígenas, foi criada uma Comissão interdisciplinar, por meio da Portaria 1038/2000-SEED, de 30 de outubro de 2000, cujo objetivo era discutir, junto às comunidades indígenas, a criação da categoria Escola Indígena dentro do sistema estadual de ensino e implementação do Programa de Formação em Magistério Indígena e de Proposta Curricular para as Escolas Indígenas. A Comissão envolveu a Divisão de Inspeção e Orientação Educacional – DIOE, a Divisão de Ensino Fundamental – DEF, a Divisão de Ensino Médio – DIEM, a Divisão Técnico-Pedagógica – DITEP, o Núcleo de Educação Indígena – NEI, todos da Secretaria de Estado da Educação e o Conselho Estadual de Educação. Além destes, um representante de cada etnia foi eleito por seus pares para representar seu povo junto à Comissão, mas não puderam se afastar de suas comunidades e de suas atividades pelo período necessário para as reuniões, que se iniciaram somente em 12/02/2001 e se estendeu até 31/05/2001. Com a impossibilidade da participação do representante indígena de cada etnia e, ao mesmo tempo, a necessidade de se discutir o documento com maior número de representantes indígenas, a Comissão avaliou que seria melhor o seu deslocamento (ou de alguns de seus componentes) até as comunidades indígenas. O primeiro ponto positivo está aqui: o envolvimento não só de professores indígenas nesta discussão, abrangendo um número maior de pessoas, com a decisão de se levar o documento até as comunidades.

O segundo ponto positivo desta fase dos trabalhos foi o envolvimento de vários setores da Secretaria de Estado da Educação e do Conselho Estadual de Educação. Pela primeira vez, apesar de haver um setor da SEED, responsável pelas ações escolares indígenas, diferentes setores que também atuam direta ou indiretamente nas escolas indígenas se reuniram com um objetivo comum. Muitos dos membros da Comissão não tinham qualquer experiência com relação aos povos indígenas, tampouco com relação à educação escolar indígena. Foi necessário um período de "capacitação" destes técnicos, incluindo visitas às escolas indígenas, para que o discurso estivesse ligado à prática, à realidade. Uma consequência natural disto foi aproximar o NEI de outros setores, pois havia uma "resistência" a este envolvimento por parte deles, e trazer outros técnicos para trabalhar neste setor com educação escolar indígena, pois este período propiciou a descoberta de afinidades com esta questão. Apesar destes pontos positivos, foi possível perceber, por outro lado, que muitas vezes a implementação de políticas públicas para a educação escolar indígena é prejudicada por conta do freqüente rodízio de técnicos atuando na Secretaria de Educação: antes mesmo de se começar a levar o documento às áreas indígenas, dois dos nove componentes da Comissão assumiram outras atividades, deixando o trabalho na Secretaria. É evidente que esta capacitação não é e nem será em vão para a vida profissional destas pessoas, já que a questão indígena deve extrapolar o âmbito da escola indígena, mas fica a sensação de que sempre está sendo

necessário recomeçar, pois sempre há pessoas novas e sem experiência, atuando com educação escolar indígena. Talvez este seja um dos motivos que afete o avanço dos trabalhos e da implementação de políticas públicas para educação escolar indígena.

As discussões resultantes das reuniões da Comissão foram sistematizadas por um dos membros da Comissão, Paulo Favacho (NEI/SEED), durante o processo e o documento que seria levado às comunidades indígenas foi terminado no mês de junho/2001. No período de 01 a 04 de agosto, ocorreu a discussão do documento com lideranças e professores Waiãpi, na Aldeia Aramirã; no período de 28 de outubro a 01 de novembro, com professores, lideranças e representantes da comunidade Tiryó e Kaxuyana, na Aldeia Missão Nova Tiryó; de 18 a 20 de novembro, com lideranças e professores Apalaí e Wayana, em Macapá e, finalmente, 20 a 26 de janeiro de 2002, com lideranças e professores Karipuna, Galibi Marworno, Palikur e Galibi do Oiapoque. As informações acerca dos povos indígenas do estado do Amapá, contidas neste documento-base, foram aprovadas pelas respectivas etnias, as quais contribuíram com informações valiosas e detalhadas. Todas as modificações sugeridas pelos indígenas foram acatadas e incorporadas ao texto enviado ao CEE.

Em uma segunda etapa do processo, a Resolução Estadual foi escrita por uma comissão constituída dentro da Câmara de Educação Especial, Educação Indígena e Educação de Jovens e Adultos, subsidiada pelo documento-base e aprovada em 07 de agosto de 2002, e procurou atender à

realidade escolar indígena do estado. Para se compreender melhor as diferentes experiências e práticas, é necessário contextualizá-las. Há cinco etnias no estado (Galibi Marworno, Galibi do Oiapoque ou Kaliña, Karipuna, Palikur e Waiãpi) e outras quatro, que estão no Pará, no Parque Indígena do Tumucumaque e Terra Indígena Paru de Leste (Tiriyó, Kaxuyana, Apalaí ou Aparai e Wayana), que são atendidas pelo Governo do Amapá. Cada uma delas passou por diferentes experiências escolares e em diferentes épocas¹.

O nome **Galibi Marworno**, que não era originalmente utilizado pelo grupo, foi usado em alguns textos de viajantes para designar uma população indígena que ocupava o rio Uaçá e também para diferenciá-la da reduzida população de Galibi do Oiapoque. *Marworno* poderia ser, então, uma modificação do nome *Maraon* ou *Maruane*, um povo que habitava a mesma região no século XVIII e que acabaria compondo o atual grupo Galibi Marworno ou Galibi do Uaçá. Várias hipóteses foram levantadas sobre sua origem sem, no entanto, concordarem entre si: para Curt Nimuendajú, esse grupo seria descendente de índios chamados Galibi, que imigraram de missões francesas da Guiana e se instalaram na região do Uaçá; outra hipótese é a de que a origem do nome Galibi Marworno revela a ligação de uma população heterogênea, composta de índios descendentes de povos Karib e Aruak (Galibi, Maruane e Aruã), oriundos da Guiana Francesa, sul do Amapá e bacia do Uaçá.

Atualmente, estão concentrados na Terra Indígena Uaçá I e II, município de

Oiapoque, ocupando a margem esquerda do rio Uaçá e concentrando-se em uma aldeia, Kumarumã, concentrando a maior população indígena em uma mesma aldeia (cerca de 1.600 habitantes). Há duas aldeias na BR 156 (Tukai, no km 90, e Samaúma, no km 85) e uma na Terra Indígena Juminã (Uahá), todas bastante pequenas. A população total é estimada em 1.764 pessoas (ISA – dezembro/2000).

A língua falada pelos Galibi Marworno antigos caiu em desuso há pelo menos 100 anos. Em 1926, Nimuendajú fez uma lista de palavras nesta língua e, em 1996, Vidal conseguiu outra lista bem menor. No entanto, há referências a essa língua em alguns cantos xamânicos e na nomenclatura da avifauna. O *patois* francês é a língua materna dos Galibi Marworno atualmente.

As primeiras atividades relativas à educação escolar entre os Galibi Marworno iniciaram em 1934, quando foi instalada uma escola, por iniciativa de um interventor do Pará, e funcionou apenas três anos, de forma irregular. Posteriormente, em 1945, sob a administração do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), foi implantada outra escola na Vila de Kumarumã. Nesse momento, o trabalho era desenvolvido pela professora Doquinha, por meio de seu internato entre os anos de 1945 e 1951, e não se restringia somente à alfabetização, mas também ensinava a cozinhar, lavar, costurar, fazer horta, cerâmica e outros serviços manuais, sendo obrigatório falar somente o português durante as aulas, sob pena de castigos corporais, como a palmatória. Apesar disto, talvez pela grande população concentrada em um único local, o *patois* continua sendo

ainda hoje a primeira língua das crianças Galibi Marworno e é a língua de convívio social.

Com a extinção do SPI, a escola de Kumarumã ficou subordinada à Secretaria de Educação do Território Federal do Amapá que, a partir de 1978, implementou um programa curricular para a zona rural (de 1ª à 4ª séries), incluindo: comunicação e expressão (português), matemática, ciên-

cias, integração social e estudos sociais.

Em 1982, o CIMI, estendendo sua experiência iniciada com os Karipuna, implanta, entre os Galibi Marworno, a *Lekol Kheul* (escola bilíngüe) e duas monitoras indígenas foram admitidas na escola.

Atualmente, a configuração das Escolas Indígenas Estaduais, da etnia Galibi Marworno, é a seguinte:

ESCOLAS ESTADUAIS EM TERRA INDÍGENA – GALIBI MARWORNO			
ESCOLA	ALDEIA	SALAS DE AULA	ALUNOS
E. E. João Batista Maciel	Tukai (Km 90)	01	23
E. M. Filipe Maciel*	Samaúma (Km 85)	01	11
E. E. Camilo Narciso	Kumarumã	14	497

*Esta escola é municipal, mas o professor indígena que atua na escola é contratado via convênio do Governo do estado com a APIO.

Os Galibi do Oiapoque² ocupam a Terra indígena Galibi, no Oiapoque. O nome Galibi é uma autodenominação do grupo que vive no rio Oiapoque, na Aldeia São José dos Galibi. Este grupo originou-se de migrações provenientes da Guiana Francesa, da região de Maná, que chegaram ao Brasil em 1950 e adotaram a nacionalidade brasileira.

Os Galibi, ou **Kaliña**, como são chamados na Guiana Francesa e onde há uma grande população destes, mantêm fortemente sua identidade étnica, o que não os impediu de desejarem para seus filhos uma inserção na sociedade nacional por meio do estudo, do esforço e do trabalho. Este grupo procura evidenciar uma diferença em relação a outros grupos indígenas vizinhos: consideram-se “índios verdadeiros”, tal como os Palikur, por falarem uma língua

“indígena”, questionando a adoção do *patois* como língua nativa pelos índios do Uaçá.

Mantiveram parcialmente a língua Galibi (família Karib), sendo que as crianças, filhos de pais Galibi e não Galibi e que, na escola, estudam somente em português, não falam a língua, o que mostra uma tendência de perda da língua do grupo. Falam também o *patois* francês, o português, o francês e entendem um pouco do *patois* holandês.

A aldeia São José dos Galibi permanece onde foi instalada em 1950, na margem direita do rio Oiapoque. Atualmente, é constituída de sete casas, habitadas, em média, por duas pessoas. Apenas duas casas incluem crianças, somando oito pessoas em uma e seis na outra. A população total é de 25 pessoas, 12 do sexo

masculino e 13 de sexo feminino. São 11 crianças e adolescentes e 14 adultos.

Na escola, há apenas cinco crianças estudando de 1ª à 4ª séries. Segue-se, por orientação do chefe da aldeia, os programas oficiais do Estado. Para os Galibi, não é relevante um ensino diferenciado, o que acaba por afastar as crianças de um convívio maior com a língua e a cultura Galibi.

lecionou nas aldeias de Santa Isabel e Espírito Santo (Karipuna). Cabe ressaltar que toda a prática pedagógica era pautada no ensino do português, chegando à proibição do uso da língua materna na escola. Estas primeiras iniciativas influenciaram de forma marcante a vida e a escola das comunidades.

Os currículos eram definidos pelas próprias professoras, sendo os conteúdos

ESCOLAS ESTADUAIS EM TERRA INDÍGENA – GALIBI DO OIAPOQUE			
ESCOLA	ALDEIA	SALAS DE AULA	ALUNOS
E.E.I São José	São José	01	05

Os **Karipuna** estão concentrados na Terra Indígena do Uaçá I e II, tanto ao longo do Rio Curipi quanto da BR 156. Há, ainda, uma aldeia na Terra Indígena Galibi e uma na Terra Indígena Juminã.

Na extensa área do município de Oiapoque, onde se localiza a maioria das terras indígenas do estado do Amapá, tanto em população quanto em extensão territorial, compreendendo a Terra Indígena do Uaçá, a implantação das primeiras escolas públicas remonta a 1934, no governo de Magalhães Barata. Ali, a política educacional para o então Território Federal, nas áreas indígenas, era coordenado pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI, e orientado para a “fixação” e “nacionalização” dos índios diante da influência da Guiana Francesa.

A partir de 1945, o SPI assumiu as escolas diretamente, implantando em algumas o regime de internato. Nesta época, destacam-se as figuras de professoras como a Doquinha, que lecionou nas aldeias de Kumarumã (etnia Galibi Marworno) e Santa Isabel (Karipuna), e de Verônica Leal, que

práticos os mais importantes. Costurar, lavar, bordar, fazer horta compunham o currículo escolar ao lado do ensino de matemática e português. O ensino da língua oficial do Brasil estendia-se além da escola. Os alunos eram obrigados a falar o português, no lugar do *patois*, a todo momento, sob ameaça de castigos corporais. Isto não comprometeu a utilização do *patois* como língua materna dos Karipuna, mas afetou algumas aldeias, como a de Santa Izabel, onde se fala o português como primeira língua. Este é um ponto a ser levado em consideração quando se pensa na proposta curricular da escola Karipuna.

Entre os anos 1950 e 1960, as escolas entre os Galibi Marworno e os Karipuna funcionaram muito irregularmente, devido à redução dos programas do SPI na Terra Indígena do Uaçá. Entre o povo Palikur, que também está localizado nessa terra indígena, ocorreu uma tentativa, fracassada, em 1964, sendo a escola implantada efetivamente em 1970.

O início da década de 1970 marca a inserção da Secretaria de Educação do Amapá nas atividades escolares entre os povos indígenas do Uaçá, que passou a manter a infra-estrutura escolar, pagar os professores e determinar os currículos escolares. Persistiam, no entanto, alguns problemas: carência de professores, nível (insuficiente) de escolarização dos professores, base física da escola deficiente, aglomeração de séries e idades diferentes nos mesmos horários, calendário escolar fora do contexto local, livros e cartilhas que não atendiam à realidade cultural dos grupos indígenas.

Desde 1981, estabeleceu-se um programa de Convênios entre a Secretaria de Estado de Educação e as Associações Indígenas, que visa à contratação de professores (indígenas e não indígenas), para as escolas indígenas e efetuar melhorias nas escolas. Também foi iniciado, neste ano, um programa de educação na língua *kheoul* (*patois* francês) – para os Galibi Marworno e Karipuna – implantado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e executado pela irmã Rebeca Spire.

Atualmente, a configuração das Escolas Indígenas Estaduais, da etnia Karipuna, é a seguinte:

ESCOLAS ESTADUAIS EM TERRA INDÍGENA – KARIPUNA			
ESCOLA	ALDEIA	SALAS DE AULA	ALUNOS
01 - E. E. Açaizal	Açaizal	01	28
02 - E. E. Ariramba	Ariramba	01	21
03 - E. E. Encruzo	Encruzo	01	08
04 - E. E. João Teodoro Forte	Espírito Santo	02	193
05 - E. E. Jorge Iaparrá	Manga	04	216
06 - E. E. Leide dos Santos*	Estrela (km 70)	02	31
08 - E. E. Manoel Primo dos Santos	Santa Isabel	03	129
09 - E. E. São Raimundo*	Piquiá (km 40)	01	10
10 - E. E. José Felipe	Paxiubal	01	11
11 - E. E. Gabriel dos Anjos	Kunanã	01	32
12 - E. E. Maria Catarina Nunes	Uahá	01	26
13 - E. E. João Amâncio	Japiim	01	13
14 - E. E. Oliveira Santos*	Kuripi (Km 50)	01	10
15 - E. M. Manuel dos Santos**	Kariá (Km 60)	00	17

* Escolas localizadas na BR-156.

** Esta escola é municipal, mas o professor indígena que atua na escola é contratado via convênio do Governo do estado com a APIO. Não há prédio escolar: as salas de aula são provisórias.

Os Palikur falam o *Pa'ikwaki*, uma língua da família Aruak. Grande parte dos homens, jovens e adultos, e algumas mulheres também, falam o *patois* e o português, restringindo seu uso às relações comerciais. O grupo Palikur ocupa terras brasileiras e da Guiana Francesa. No Brasil, estão concentrados no extremo norte do estado do Amapá, na Terra indígena do Uaçá, no município de Oiapoque, concentrando-se ao longo do rio Urukauá. Há, ainda, uma aldeia Palikur na BR-156. Ao longo do rio Urukauá, há dez aldeias. No entanto, esse número pode flutuar em virtude das migrações internas que os grupos familiares fazem, criando novas aldeias. A aldeia mais populosa é Kumenê, com cerca de 580 habitantes; as demais variam entre um mínimo de 10 e um máximo de 80 habitantes.

Os Palikur foram os únicos a recusar a implantação de uma escola em suas aldeias, no período em que ela surgiu para os Karipuna e Galibi Marworno, pois asso-

ciavam este empreendimento à escravização. Somente após sua conversão ao pentecostalismo evangélico é que permitiram a entrada da escola. Isso ocorreu quarenta anos depois da primeira tentativa.

Em 1965, o casal de missionários lingüistas do *Summer Institute of Linguistics* (SIL), Herold e Diana Green, instalou-se na aldeia Kumenê e iniciou o aprendizado da língua Palikur, permanecendo no Urukauá por aproximadamente 11 anos, incentivando, nesse período, a entrada da escola na região. Em seguida, à chegada do casal de missionários, um pastor da *New Tribes Mission* iniciou um trabalho de conversão dos Palikur a sua religião, abrindo caminho para a ação de outros pastores da Assembléia de Deus que acabaram por instalar uma sede da igreja na Aldeia Kumenê e por formar um pastor indígena para sua direção.

Atualmente, a configuração das Escolas Indígenas Estaduais, da etnia Palikur, é a seguinte:

ESCOLAS ESTADUAIS EM TERRA INDÍGENA - PALIKUR			
ESCOLA	ALDEIA	SALAS DE AULA	ALUNOS
E. E. José Narciso	Flexa	01	25
E. E. Moisés laparrá	Kumenê	06	268
Amomy*	Amomny	01	12
Kuwykuwyt*	Kuwykuwyt	01	12
E. E. Kamuywá	Kamuywá	01	32
E. E. Yanawá	Puwaytyeket	01	25
E. E. Tawary	Tawary	01	30
E. E. Ywawka	Ywawka (km 80)	02	31

* Estas duas escolas foram construídas pela própria comunidade, destacam-se das demais por serem construções dentro do padrão Palikur - casa de madeira, assoalhada, com cobertura de palha - e por terem apenas professores indígenas. Elas funcionam como salas de aula da escola Moisés laparrá.

Os **Waiãpi** do Amapá falam uma língua da família Tupi-Guarani, do Tronco Tupi, e estão localizados tanto no Brasil como na Guiana Francesa. No Brasil, ocupam a Terra Indígena Waiãpi, município de Pedra Branca do Amapari-AP. Sua população é de cerca de 550 pessoas no Brasil. Há um pequeno grupo, com cerca de 30 pessoas, no Parque Indígena do Tumucumaque. Na Guiana Francesa, município de Camopi, há uma população de 850 pessoas.

Os Waiãpi que vivem na Terra Indígena Waiãpi originaram-se de cinco grupos locais distintos, com trajetórias históricas diferenciadas e até hoje mantêm pequenas diferenças dialetais. Existem trinta e duas aldeias permanentes, além de seis assentamentos de ocupação intermitente e mais seis que estão sendo preparadas para se tornarem intermitentes. O ciclo permanente de mudança dos Waiãpi se repete a cada cinco anos, aproximadamente. A organização sócio-política Waiãpi baseia-se na ampla dispersão dos grupos familiares pelo território, remetendo ao valor positivo que esta sociedade atribui à autonomia econômica e política de cada grupo. Este é um ponto muito importante a ser considerado no

processo de construção das escolas.

Entre os Waiãpi, a introdução da educação escolar indígena é relativamente recente. O processo de letramento foi iniciado logo após o contato viabilizado pela FUNAI, nos anos de 1970, por um grupo de missionários do SIL, que direcionava seu trabalho para a tradução da Bíblia na língua Waiãpi e para subsidiar o trabalho de outros missionários. Inaugurava-se, assim, um processo que acabava por afastar os Waiãpi de informações instrumentais para o seu confronto consciente e autônomo com a sociedade nacional. A partir de 1991, a Secretaria de Estado de Educação assumiu as cinco escolas existentes na área. Desde 1992, o Centro de Trabalho Indigenista – CTI vem atuando com cursos que buscam a formação de professores indígenas³. A partir de 1998, iniciou a parceria do CTI com o Núcleo de Educação Indígena para a formação em magistério de professores indígenas Waiãpi, como parte de um programa de Formação de Professores Indígenas. Além deste curso, o Projeto de Educação do CTI mantém outros cursos.

Atualmente, a configuração das Escolas Estaduais da Etnia Waiãpi é a seguinte:

ESCOLAS ESTADUAIS EM TERRA INDÍGENA – WAIÃPI			
ESCOLA	ALDEIA	SALAS DE AULA	ALUNOS
E. E. Aramirã	Aramirã	03	33
E. E. Mariry	Mariry	03	79
E. E. Taitetwua	Taitetwua	02	33
E. E. Ituwasu	Ituwasu	03	44
E. E. Manilha	Manilha	02	18

O nome **Tiriyó** é um termo genérico que abrange vários subgrupos, tendo cada um sua denominação própria (Püröyana, Aramayana, Aramiso, Saköta, Okomoyana, Maraso, Püropü e Tiriyó – todos os dialetos sendo falados até hoje), mas que atualmente se identificam como uma mesma etnia (Tiriyó). Falam uma língua da família Karib, classificada por Frikel, como dialeto *Piyano-koto-Tiriyó*, falada na região do Tumucumaque, em ambos os lados da fronteira Brasil-Suriname.

O ensino do português na Missão Tiriyó do Paru só se iniciou por volta de 1969, pelas Irmãs da Congregação de Jesus Crucificado. Desde a instalação da Missão Franciscana entre os Tiriyó, iniciou-se um trabalho de alfabetização de crianças e adultos. A alfabetização era feita na língua Tiriyó, razão pela qual, hoje em dia, grande parte dos adultos escreve na sua língua. O ensino da língua portuguesa foi iniciado a partir de 1969, desenvolvendo-

se com o ensino da língua materna. O ensino da língua indígena concentrou-se sobre a língua Tiriyó, em detrimento das outras línguas e dialetos falados pelos índios reunidos nas missões. Assim, os **Kaxuyana**⁴ e os Ewarhoyana (ambas da família lingüística Karib), que chegaram ao Paru de Oeste em 1968/69 passaram a ser alfabetizados na língua Tiriyó. Como resultado deste enfoque, tanto os Tiriyó quanto os Kaxuyana são trilingües (falam o Kaxuyana, o Tiriyó e o português).

Em 1992, houve a contratação de três professores indígenas e de dois não índios pela Secretaria de Estado da Educação, para trabalharem no Parque Indígena do Tumucumaque. A partir de 95, o convênio passou a ser feito com a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque – APITU, que havia sido recém-criada.

Atualmente, a configuração das Escolas Indígenas Estaduais da etnia Tiriyó e Kaxuyana é a seguinte:

Escolas estaduais em terra indígena –Tiriyó e Kaxuyana			
Escola	Aldeia	Salas de aula	Alunos
E. E. São Francisco	Missão Tiriyó	02	304
E. E. Sa Pakoro*	Missão Tiriyó	01	48
E. E. Oloientu*	Oloientu	01	11
E. E. Wöinpató Pakoro*	Pedra da Onça	01	21
E. E. Tuxaua Awri	Kuxaré	01	46
E. E. Yawá*	Yawá	01	12
E. E. Paruwaka	Paruwaka	01	29
E. E. Mawau Tutko Mütü	Tuha-Entu	01	23
E. E. Mataware	Mataware	01	29
* Jarerai	Jarerai	01	12

* Funcionam como salas de aula das Escolas São Francisco, Tuxaua Awri e Mataware, respectivamente.

Finalmente, os **Aparai** e os **Wayana** pertencem à família lingüística Karib. Estão localizados no extremo norte do estado do Pará, às margens do rio Paru de Leste. Os Wayana constituem, atualmente, três grandes grupos territoriais. Há o grupo do Paru de Leste, no Brasil; o grupo do *Tapannahony* e *Paloemeu*, no Suriname; e o grupo do *Litani*, na Guiana Francesa, constituindo uma população de aproximadamente 800 indivíduos⁵. A fusão sócio-cultural destes grupos remonta ao século XVIII, de quando vem os primeiros registros de casamentos interétnicos.

Durante aproximadamente trinta anos (1962 a 1992), o antigo *Summer Institut of Linguistics* (hoje Sociedade Internacional de Lingüística - SIL) esteve presente na área, priorizando um trabalho de fundamentalismo evangélico junto aos Aparai e Wayana, elegendo a língua Aparai como a língua de comunicação e de difusão ideológica.

As primeiras atividades em torno de uma escola embrionária surgiram por iniciativa do SIL, a partir de 1963, desenvolvendo a elaboração de livros de leitura e de carti-

lhas, editadas em 1969. Em 1971, publicou-se uma gramática da língua Aparai e, em 1972, a escola incorporou dois professores indígenas.

O ensino escolar estava intimamente ligado ao ensino religioso, destinando-se, neste momento, apenas aos meninos. Não havia prédio escolar; as aulas eram ministradas na casa dos missionários, à noite, duas ou três vezes por semana, em um total de, aproximadamente, 4 horas semanais. O programa escolar compreendia alfabetização na língua Aparai, canto e noções de cálculo.

Em 1978, um ano após a retirada oficial do SIL da área, instalou-se a escola da FUNAI, para alfabetização em língua portuguesa. O programa compreendia alfabetização, noções de cálculo e geografia. A escola destinava-se às crianças de 7 a 16 anos, no entanto, a ausência dos professores era muito grande, o que prejudicava o seu andamento. Esta escola funcionou até 1985 e apenas na Aldeia Bona.

Atualmente, a configuração das Escolas Indígenas Estaduais da etnia Aparai Wayana é a seguinte:

Escolas estaduais em terra indígena – Aparai Waiana			
Escola	Aldeia	Salas de aula	Alunos
01 - E. E. Imakuama Amajarema	Bona	03	93
02 - E. E. Maxipurimo	Maxipurimo	01	26
03 - E. E. Castanheira	Xuixuimene	02	26
04 - E. E. Tapauku	Tapauku	02	30
05 - E. E. Pururé	Pururé	02	21
06 - E. E. Itapeky	Itapeky	01	18
07 - E. E. Ananapiaré	Ananapiare	01	19
08 - E. E. Murei	Murei	02	10
09 - Parahpara*	Parahpara	01	
10 - Kurimuripano*	Kurumuripano	01	

* Funcionam como salas de aula.

Dadas as diferentes realidades e a diversidade de experiências escolares vivenciadas por cada um destes povos, pode-se apontar alguns dos pontos da Resolução Estadual voltados para a realidade do estado e outros que merecem destaque por sua inclusão na normatização das escolas indígenas:

1. "A escola indígena poderá atender, em situações excepcionais, alunos não índios, desde que estes não alterem o perfil da escola" (Art. 5º, § 1º), como já ocorre em algumas escolas indígenas da BR-156.

2. "A necessidade de edificação de escola que respeite os interesses das comunidades indígenas, considerando as condições climáticas e regionais e que atenda os objetivos educacionais" (Art. 11º, inciso V), como forma de desvincular a idêia corrente de prédio escolar construído de alvenaria, muitas vezes estando em desacordo com a arquitetura da aldeia e com as condições climáticas da região, reconhecendo oficialmente diferentes construções (sendo necessária, talvez, a adequação nas exigências/padrões de construção).

3. "A Escola do que trata o caput do artigo será designada pela nomenclatura Escola Indígena Estadual, seguida do nome que lhe for atribuído, significando sua vinculação ao sistema Estadual de Ensino" (Art. 2º, Parágrafo 1º), como forma de reconhecer a escola indígena e reconhecer, também, sua inclusão no sistema oficial de ensino.

4. "O uso de metodologias que privilegiem a concepção e o uso de práticas pedagógicas específicas de cada grupo indígena, valorizando a oralidade no processo de ensino-aprendizagem e as alternâncias

de espaço na educação escolar" (Art. 12º, inciso VI). Este ponto é importantíssimo, visto que, muitas vezes, a escola é vista como o local da escrita e leitura, deixando à margem a oralidade, o que vai de encontro com a tradição oral dos povos indígenas. Além disso, reconhecer as alternâncias de espaços na educação escolar pode permitir que a oralidade esteja na escola, mas fora de seu espaço físico: muitas vezes, levar o velho para "contar" histórias na escola produz um efeito artificial; permitir que o aluno vá até o contador de histórias, reconhecendo que pode ser uma atividade também escolar, é mais natural e pode ser mais eficaz na manutenção da língua e costumes do povo.

5. "Para a construção do processo de ensino-aprendizagem, o espaço da casa e outros espaços, o convívio com o grupo, a produção de alimentos e sua comercialização, as manifestações culturais, segundo seus costumes, são consideradas ações de educação escolar, sendo obrigada a inclusão nos planos para que estes aspectos possam ser avaliados e influentes no processo educacional" (Art. 12º, Parágrafo 1º) e "As atividades sócio-culturais desenvolvidas no âmbito familiar e coletivo, incluídas no Plano Pedagógico, sujeitas à avaliação, serão consideradas como letivas e de caráter presencial, com a ida da escola à comunidade e/ou residência" (Art. 12º, Parágrafo 3º). Estes dois parágrafos explicitam as atividades importantes e necessárias para a vida dos povos indígenas, incorporando-as à escola e atrelando à necessidade de inclusão destas no Plano Pedagógico e à necessidade de serem avaliadas, o que pode evitar que toda e qualquer atividade comunitária seja consi-

derada atividade escolar, sem qualquer critério. Se, por um lado, considerar tais atividades como também escolares pode afetar a prática já tradicionalmente instituída (como atividade da comunidade ou da família, desvinculada da escola), por outro pode trazer o benefício de calendários mais flexíveis e que atendam melhor às necessidades de produção, subsistência e manutenção cultural dos povos indígenas.

Apesar das dificuldades encontradas durante as etapas dos trabalhos, é importante ressaltar que o resultado só foi possível com o envolvimento de todos: membros da Comissão; professores indígenas, responsáveis pela prática diferenciada nas escolas indígenas; das comunidades, dispostas a contribuir para a construção deste novo formato escolar e do Conselho Estadual de Educação, aberto ao diálogo e disposto ao reconhecimento da especificidade da educação escolar indígena.

Notas

¹ As informações sobre os povos indígenas que se seguem foram retiradas do documento-base para a legalização das escolas indígenas (NEI/SEED), enviado para o Conselho Estadual de Educação.

² As informações contidas neste texto sobre os Galibi foram extraídas dos textos "Galibi de Oiapoque" e "Galibi do Oiapoque", de Lux Vidal, ambos sem data, divulgados no Seminário de Sustentabilidade dos Povos Indígenas do Oiapoque, ocorrido em Macapá, em out. 2000.

³ As informações acerca dos primeiros momentos da Educação Escolar não se encontram disponíveis. Uma breve introdução a este assunto pode ser encontrada na primeira versão da Proposta Curricular para a Escola Waiãpi, Macapá, nov. 1996 p. 1-2.

⁴ Havia cinco subgrupos: Itxunwayana, Ewarhoyana, Urmayana, Kaxuyana, Tikyana e Karyana. Destes, apenas os três últimos dialetos são falados ainda hoje (levantamento feito pelos professores Kaxuyana em 29/10/2001).

⁵ Dados fornecidos pelo Ethnologue, Languages of the World.

Referências bibliográficas

- DOCUMENTO-BASE enviado ao CEE, em junho de 2002, como subsídio para a elaboração da Resolução Estadual para Educação Escolar Indígena, resultante dos trabalhos da Comissão para a Legalização das Escolas Indígenas.
- PROPOSTA Curricular para a Escola Waiãpi. Macapá, novembro de 1996.
- REFERENCIAL Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, Brasília: MEC, 1998.
- RESOLUÇÃO CEB 03/99, 1999.
- RESOLUÇÃO 68/02 – CEE/AP, 2002.
- RICARDO, Carlos Alberto (Coord.). *Povos indígenas no Brasil*. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983.
- SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MAR/UNESCO, 1995.
- VIDAL, Lux. "Galibi de Oiapoque" e "Galibi do Oiapoque", textos divulgados in: SEMINÁRIO DE SUSTENTABILIDADE DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE, 2, Macapá, out. 2000.